

Fundação Getúlio Vargas

Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas – EBAPE

Centro de Mestrado Acadêmico em Administração Pública

**UM ESTUDO SOBRE AS PRINCIPAIS CAUSAS DA EVASÃO NA EDUCAÇÃO A
DISTÂNCIA - EAD**

Por

Conceição Aparecida Nascimento de Souza

Dissertação a ser apresentada e defendida como parte obrigatória a obtenção do título de
Mestre em Administração Pública da EBAPE – FGV.

Orientador: Prof. Antônio Freitas

Co-orientadora: Prof. Mary Kimiko Murashima

Março de 2009

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus. Sem Ele nenhuma realização é possível.

Agradeço ao meu marido e às minhas filhas pela paciência, compreensão e apoio nesta árdua jornada.

Agradeço aos meus pais, por terem me dado a vida e pelo amor e apoio incondicionais.

Agradeço a Juliane Martins, querida amiga, pela ajuda e apoio incansáveis.

Agradeço ao professor Antonio Freitas, ser humano especial, que com seu carinho, experiência e pragmatismo, não permitiu que eu desistisse. Uma referência como pessoa e profissional.

Agradeço a professora Deborah Zouain, pela paciência e compreensão.

Agradeço a professora Elisa Sharland, pelo apoio e profissionalismo. Um exemplo para mim.

Agradeço a professora Mary Kimiko, pela doação do seu tempo, apoio e informações imprescindíveis, sem os quais não seria possível a realização deste trabalho.

Agradeço a todos os professores da EBAPE com os quais eu tive a oportunidade de interagir ao longo do mestrado, pelo aprendizado e crescimento pessoal e profissional.

Agradeço ao Joarez de Oliveira, funcionário do CFAP, por sua presença iluminadora, sempre prestativo e atencioso.

Agradeço a Cordélia, funcionária da secretaria, pelo carinho e atenção, sempre presentes.

Agradeço a todos os professores-tutores dos cursos a distância da Fundação Getulio Vargas que se prontificaram em responder ao questionário, permitindo a coleta de informações relevantes para este trabalho.

RESUMO

Este trabalho teve como interesse principal verificar quais as principais causas para a evasão, apresentadas pelos cursos a distância, oferecidos pelas instituições brasileiras.

O estudo foi realizado a partir de revisões bibliográficas e pesquisa de campo. Na revisão bibliográfica, observa-se que a sociedade brasileira se depara, desde há muito tempo, com a questão da qualidade da educação. É possível acompanhar a mudança de foco das políticas públicas na área da educação: de uma abordagem quantitativa para uma abordagem qualitativa. O estudo apresenta a EAD como uma modalidade de ensino capaz de somar forças para que seja minimizada a questão da oferta de uma educação de qualidade. São mostrados seu surgimento, desenvolvimento e peculiaridades e como o advento da Internet favoreceu o aumento da comunicação digital, aumentando a procura pela EAD.

Cada vez mais, a EAD está ganhando força no processo educativo brasileiro. Porém, assim como a educação tradicional, precisa enfrentar inúmeros problemas. Um deles, foco deste trabalho, é o (ainda) alto índice de evasão.

Pesquisando as principais causas para o fato, este trabalho conclui que fatores como qualidade da interação entre alunos e professores bem como o reconhecimento da qualidade dos cursos oferecidos devem ser trabalhados por todas as instituições, públicas e privadas que desejem trabalhar com essa modalidade de ensino.

Palavras-chave: educação, EAD, evasão.

ABSTRACT

This study main interest was to verify the main causes to dropping out from distance courses reported by Brazilian institutions offering them.

The study involved literature review and field research. Through the literature review it was possible to note that Brazilian society faces an education quality issue that has been around for a long time. The change from a quantitative to a qualitative way to address this issue through public policies is notable.

The study presents distance learning (DL) as a modality of education capable of helping in reduce the issue of quality education offer. The study addresses the appearance, development, and features of DL and how the internet favored the rise of digital communication, and thus increased the search for DL.

DL participation in the Brazilian educational process is increasing more and more. However, just as it happens with traditional education, DL faces a number of problems. One of them – the center of this works attention – is the still high rate of students dropping out.

By assessing the main causes to this fact, this work concludes that factors such as the quality of the interaction between students and teachers, as well as the acknowledgement about the quality of the courses offered, should be targeted by all public and private institutions that wish to work with this type of teaching.

Key words: education, DL, student drop out.

LISTA DE TABELAS E GRÁFICOS

Tabela 1.....	09
Tabela 2.....	10
Tabela 3.....	14
Tabela 4.....	38
Tabela 5.....	38
Tabela 6.....	39
Tabela 7.....	40
Tabela 8.....	41
Tabela 9.....	48
Tabela 9.....	49
Tabela 9.....	50
Tabela 9.....	51
Gráfico 1.....	39
Gráfico 2.....	40
Gráfico 3.....	41
Gráfico 4.....	53

SUMÁRIO

1 EDUCAÇÃO	08
1.1 A educação no Brasil	08
1.2 O papel da Educação na sociedade contemporânea	14
2 A EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA- EAD	15
2.1 Características da EAD	20
2.2 A EAD e a Internet	22
2.3 A EAD e a Educação Presencial	22
2.4 A EAD no Brasil	25
3 A HISTÓRIA DA INTERNET	29
3.1 Histórico da Internet no Brasil	31
3.2 Linha do tempo da Internet no Brasil	32
3.3 Ações do MEC para a Educação a Distância	34
3.3.1 Ensino Fundamental, Médio e Técnico a distância	35
3.3.2 Ensino Superior e Educação Profissional em Nível Tecnológico	36
3.3.3 Pós Graduação a Distância	36
3.3.4 O crescimento da EAD no Brasil – Dados oficiais	37
4 EVASÃO NA EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA	42

5 A PESQUISA	43
5.1 Informações do Censo EaD.br 2010	44
5.2 Pesquisa ABED-EAD	40
5.2.1 Resultado da pesquisa ABED-EAD	45
5.3 Resultados da pesquisa de campo	50
5.4 Relevância dos itens avaliados na pesquisa de campo	51
6 CONCLUSÃO DA PESQUISA DE CAMPO	58
7 REFERÊNCIAS	60
8 ANEXO	62

1- EDUCAÇÃO

1.1- A Educação no Brasil

O Brasil vem obtendo ganhos significativos no conjunto da Educação, quando considerado o aspecto geral do tema.

Castro (2007) lembra que, no Brasil agrário da década de 30, somente duas em cada 10 crianças frequentavam a escola. O analfabetismo atingia 60% da população brasileira com mais de 15 anos de idade.

No período compreendido entre 1930 e 1960, deu-se ênfase na construção de um sistema público de educação, em detrimento da universalização da educação básica. Após 1960, observa-se um processo de expansão e diversificação, caracterizando uma ampliação quantitativa de vagas e uma perda no sistema educacional instalado. Apesar dessa questão, o Brasil avançou na consolidação de um sistema público de ensino amplo e diversificado.

Nesse período, apesar de consolidar um sistema que atendia desde a educação infantil até a pós-graduação, fica patente o seu elitismo e as desigualdades sociais que caracterizaram o país dessa época. Por conta disso, a escolaridade média da população em geral era um indicador a ser superado. A tabela a seguir apresenta a evolução do número médio de anos de estudo que, em 1960, era próximo de 2 anos, alcançando a média de 5 anos somente na metade da última década do século XX (Castro, 2007).

Tabela 1
Número médio de anos de estudo de crianças de 10 anos ou mais de idade

Ano	Homem	Mulher
1960	2,4	1,9
1970	2,6	2,2
1980	3,9	3,5
1990	5,1	4,9
1995	5,0	5,3
2001	6,0	6,3
2005	6,6	6,9

Fonte: relatório PNUD, IDH, 1996

Fonte: IBGE, Pnad, 2005

Confirmando as tendências gerais de políticas educacionais para o continente americano Cassassus, em sua obra *A escola e a desigualdade* (2007), afirma que:

Até o final da década de 80, as políticas estavam voltadas fundamentalmente para desenvolver o sistema mediante sua expansão, ou seja, construir mais salas de aula, aumentar o número de turnos por escola e, assim, oferecer mais vagas nas escolas para acolher todas as crianças que nelas quisessem ingressar. No início dos anos 90, os governos declaram que a meta era oferecer uma vaga a cada menino ou menina que a desejasse. (p. 28).

Na mesma linha de fundamentação, Cassassus apresenta interessante estudo comparativo dos anos de estudo para países da América Latina, considerando os 10% mais pobres e os 10% mais ricos, em 1995. Naquele ano, a diferença de anos de estudo para esses segmentos no Brasil era de 5,3 vezes.

Tabela 2
Disparidade dos anos de estudo da população de 25 anos de idade

País	10% mais pobres	10% mais ricos	Razão
Argentina	7,0	13,0	1,9
Uruguai	6,0	11,9	2,0
Chile	6,2	12,8	2,1
Bolívia	6,0	13,1	2,2
Venezuela	4,7	10,8	2,3
Costa Rica	4,1	11,5	2,8
Peru	3,9	10,8	2,8
Panamá	4,3	13,6	3,1
Paraguai	4,3	13,6	3,1
Equador	3,4	11,8	3,5
Nicarágua	2,2	8,5	3,9
Honduras	2,1	9,6	4,6
BRASIL	2,0	10,5	5,3
México	2,1	12,1	5,7
El Salvador	1,6	10,3	6,3

Uma observação mais ampla do quadro geral da educação básica brasileira, ainda na década de 1990, demonstra que o cenário era aquele considerado típico para países pobres. O quadro pode ser resumido da seguinte forma:

- 87% das crianças de 07 a 14 anos frequentavam a escola;
- 17% da população com 15 anos ou mais eram analfabeta;
- 25% das crianças do Nordeste não frequentavam a escola;
- 25% das crianças pobres não frequentavam a escola;
- 20% das crianças negras não frequentavam a escola;
- 6,8% dos jovens de 15 a 19 anos de idade eram analfabetos (no Nordeste, esse percentual chegava a 16,3%);
- 44% dos alunos da quarta série estavam dois anos ou mais defasados da idade correta. Este número chegava a 53% na oitava série;
- Menos da metade dos alunos que iniciavam a primeira série concluíam o ensino fundamental e, dentre os que o faziam, utilizavam, em média, 12 anos.

O quadro descrito sofreu positivas modificações por conta de importantes ações como as introduzidas pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação/FUNDEF (Emenda Constitucional 14/96) e a nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, que permitiram a vinculação de receitas e a normatização de gastos, incluindo a vinculação de recursos para a melhoria dos salários de professores, a redistribuição de obrigações e a definição das atribuições educacionais para os entes federativos, dentre outros aspectos. Sobre a relevância desses programas, o IPEA diz que:

Talvez a iniciativa de alcance mais profundo tenha sido a criação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef), um programa federal que subsidia a educação – sobretudo entre as UFs mais pobres – e que está sendo ampliado para incorporar a pré-escola e o ensino médio, com o nome de Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb). Os estados ou municípios que realmente gastam com educação a proporção de seus orçamentos, determinado pela Constituição, mas não conseguem atingir o patamar mínimo definido de custo por aluno, têm direito de receber do Fundo o dinheiro necessário para cobrir a diferença. Dos municípios que não gastam a proporção determinada por lei, a diferença entre o que deveriam gastar e o

que já gastam será confiscada e usada para subsidiar outras comunidades. (p.139-140)

O documento do IPEA diz ainda que quase dois mil municípios, responsáveis por 66,4% das matrículas, beneficiaram-se dessa verba, sendo o Norte e o Nordeste as regiões mais beneficiadas. As escolas municipais aumentaram suas despesas, e quase 2 mil municípios beneficiaram-se desses ganhos – municípios estes responsáveis por 66,4% das matrículas municipais. Dois terços dos ganhos foram para o Norte e o Nordeste, as regiões mais pobres do País.

Como os demais países da região, o Brasil reuniu esforços para progredir nas políticas públicas educacionais, partindo para a solução do grande desafio que era, e ainda é, a qualidade da educação. Nesse sentido, da universalização da matrícula de alunos do ensino fundamental e da expansão de matrículas nos ensino médio e superior, caminhou-se para a execução de políticas de correção de fluxo, de aceleração da aprendizagem, de diminuição do analfabetismo, dentre outras, com ênfase em políticas de informação e de avaliação de sistemas educacionais (Castro, 2007; Casassus, 2007). Se, na atualidade, é possível ao Brasil comemorar o fato de que mais de 97% das crianças em idade escolar estão na escola, é preciso considerar uma outra realidade: apenas 70% concluem o último ano do ensino fundamental. Há, na verdade, escola para todos, mas não há qualidade.

Após 10 anos, as ações permitiram ao Brasil apresentar, de acordo com a Pnad 2005, o seguinte quadro (Castro, 2007):

- 99,0% das crianças têm acesso à primeira série;
- 96,5% das crianças de 7 a 14 anos estão matriculadas;
- 41,0% dos jovens de 15 anos concluíram o fundamental;
- 34% dos alunos de 10 anos estão em atraso escolar;
- 55,0% dos alunos de 14 anos estão em atraso escolar;
- 74,0% dos alunos de 17 anos estão em atraso escolar;
- 18,3% dos jovens de 15 a 17 anos estão fora da escola sem completar o ensino fundamental.

Os dados mais recentes da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad 2007) demonstram que a defasagem idade-série no ensino fundamental teve acentuada correção e, neste ano, tinha sido reduzida a 25,7%; que a média de anos de estudo da população com idade entre 10 e 17 anos aumentou, mas para as crianças de 11 anos de idade a média não atingiu os 4 anos de estudos completos (mínimo de escolaridade indicada), tendo registrado apenas 3,3 anos de estudo; que o mesmo ocorreu com as crianças de 14 anos, com apenas 5,8 anos de estudo, quando deveriam ter, no mínimo, 7 anos, o que repetiu-se com os adolescentes de 17 anos, que ficaram abaixo da escolaridade esperada (10 anos de estudo), com a média de 7,9 anos de estudo.

O Ministério da Educação (MEC) criou, com o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), em 2005, a Prova Brasil para avaliar estudantes de 5º. e 9º. anos das redes públicas urbanas de ensino, nas disciplinas de língua portuguesa e matemática. A partir dos resultados das *Prova Brasil* e com os dados de fluxo escolar obtidos no Censo Escolar, foi estabelecido o índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IBEB) que, em 2008, registrou 4,2 no 5º. ano e 3,8 no 9º. ano do ensino fundamental.

Quando criou esse índice, o MEC estabeleceu parâmetros técnicos de comparação entre a qualidade dos sistemas de ensino do Brasil com os países da OCDE, baseando-se no PISA. A partir desses parâmetros, foram estabelecidas metas de evolução individual dos índices, para que o Brasil atinja, em 2022, o patamar educacional que têm hoje os países da OCDE, ou seja, evoluir da média nacional 3,8, registrada em sua primeira edição, em 2005, para um IDEB igual a 6,0 nos anos iniciais do Ensino Fundamental.

As médias alcançadas quando colocadas na escala do indicador (de 0 a 10) e diante da média de outros países da OCDE, evidenciam a urgência de maiores investimentos na melhoria da aprendizagem e na correção do fluxo escolar. O MEC propõe que as escolas brasileiras alcancem a nota 6,0 em 2021, conforme demonstra a tabela a seguir, onde está registrado o resultado do município do Rio de Janeiro.

Tabela 3

Ensino Fundamental	IDEB Rio de Janeiro			Metas projetadas pelo MEC						
	2005	2007	2007	2009	2011	2013	2015	2017	2019	2021
Anos iniciais	4,2	4,5	4,3	4,6	5,1	5,3	5,6	5,9	6,1	6,4
Anos Finais	3,7	4,3	3,8	3,9	4,2	4,6	5,0	5,2	5,5	5,7

Ainda no campo da avaliação da qualidade da educação brasileira, no que se refere a aprendizagem, é necessário identificar o desempenho do Brasil no Programa Internacional de Avaliação de Alunos – PISA. O PISA é uma avaliação realizada de forma amostral com os estudantes dos países membros do OCDE e dos países convidados, como é o caso do Brasil. Na primeira edição do PISA, realizado no ano 2000, houve a participação de 43 países, sendo 28 países membros da OCDE e 15 países convidados, quando foi possível avaliar as habilidades e competências de mais de 200.000 alunos no total de 4.893 alunos brasileiros. Na última edição, realizada em 2006, contou-se com 57 países divididos entre 30 representantes de países membros da OCDE e 27 países convidados, quando a amostra avaliada contou com mais de 400.000 estudantes, dentre os quais 9.295 brasileiros.

Essa avaliação é realizada com estudantes de 15 anos matriculados entre o 8º. ano do ensino fundamental e o 3º. ano do ensino médio. Segundo Rocha (2008), a avaliação procura medir o nível educacional em leitura, matemática e ciências, por meio de provas organizadas e aplicadas a cada três anos pela OECD – Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico. “O conceito de letramento refere-se à capacidade de ir além da simples aquisição de conhecimentos, demonstrando competências para aplicar estes conhecimentos em situações do dia a dia” (INEP, 2009).

1.2 - O papel da Educação na sociedade contemporânea

Em uma perspectiva ampla, a Educação pode ser considerada como uma somatória de influências e inter-relações sociais que convergem para a formação de traços de um sujeito, no que se refere a sua personalidade, valores e conhecimento. Pode-se considerar que o aprendizado é uma capacidade que ocorre desde o nascimento e no decorrer da vida de cada pessoa.

A escola é uma das instituições sociais que tem como foco de sua ação a instrução e o ensino de forma deliberada e planejada. A educação formal – ou seja, aquela que se propõe como ação deliberada das instituições escolares – é considerada como educação intencional. Isso não elimina o fato de que na escola – como em qualquer outro lugar da sociedade – também existe a aprendizagem decorrente do acaso, mas a escola é uma instituição que procura oferecer ao sujeito um conhecimento organizado, que foi acumulado socialmente durante muitos séculos.

2- A EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA – EAD

A modalidade de educação a distância existe desde o século XVIII, com as primeiras experiências da educação por correspondência. Contudo, o que hoje se denomina educação a distância ou ensino-aprendizagem a distância se caracteriza pela distância geográfica entre professor e aluno e pela existência da tecnologia e de meios eletrônicos para a distribuição dos conteúdos educacionais.

A EAD é uma alternativa pedagógica de grande alcance e que deve utilizar e incorporar as novas tecnologias como meio para alcançar os objetivos das práticas educativas implementadas. É importante que não se perca de vista as concepções de homem e sociedade, considerando as necessidades da população que se pretende servir. Para isso, conta com um conjunto de métodos, técnicas e recursos, postos à disposição de grupos

estudantis dotados de um mínimo de maturidade e de motivação suficiente, para que, em regime de autoaprendizagem, possam adquirir conhecimentos ou qualificações.

A metodologia utilizada na educação a distância é bastante peculiar. Existem características próprias que devem ser observadas. A EAD engloba:

- Aprendizado e ensino;
- Aprendizado que é planejado e não acidental;
- Aprendizado que normalmente está em local diferente do local de ensino;
- Comunicação por meio de diversas tecnologias.

Embora haja muita confusão entre os termos, aprendizado e ensino não são a mesma coisa. Quando se deseja estudar aprendizado e ensino, deve-se utilizar o termo “educação”. A educação pressupõe uma relação entre os dois termos: aprendizado e ensino.

O aprendizado em educação é por definição, intencional. Aquilo que se percebe acidentalmente, por observação, não é educação, da mesma forma que não o é qualquer forma de aprendizado que ocorra aleatoriamente. O aprendizado que se estuda na educação é um aprendizado planejado, por meio do qual o aluno se propõe, de forma deliberada, a aprender. Para isso o aluno é auxiliado por uma outra pessoa, o professor, que cria, de forma deliberada e planejada, meios de auxiliar o aluno a aprender.

Ao longo do tempo, a educação a distância vem recebendo diversas denominações. No Reino Unido, ela costuma ser aplicada na forma de educação por correspondência; nos Estados Unidos, de estudo em casa ou independente; na Austrália, de estudos externos; na França, de tele-ensino ou ensino a distância; em Portugal, de tele-educação; na Alemanha, de estudo ou ensino a distância; na Espanha, educação a distância. No Brasil, é mais conhecida por ensino a distância ou simplesmente EAD.

No mundo acadêmico, o estudo da educação a distância aconteceu somente no início da década de 1970 (século XX). Mill (2003) aponta três razões para pesquisar a aprendizagem

a distância: a evidência, que os acadêmicos devem buscar, respeitar e estudar com a devida atenção; as expectativas criadas pelo desenvolvimento do ensino a distância e o ambiente mutável, tornando necessário acompanhamento e estudo constantes das mudanças de cenário.

Com a invenção do rádio na década de 1910 e da televisão na década de 1930, foi aberto o caminho para as universidades abertas, o que veio a acontecer na década de 1960. A primeira apareceu em 1969 na Inglaterra, a *Open University*, que teve as suas primeiras matrículas em 1970 e começou a ministrar cursos um ano depois. Landim (1997) informa que o rádio, inicialmente, foi usado como apoio ao ensino tradicional e somente na década de 1940 transformou-se em um verdadeiro veículo da EAD.

A educação a distância vem se adaptando a mudanças ocorridas em tecnologias e mídias, impondo-lhe novas metodologias. Assim, torna-se possível separar essa modalidade educacional em fases. Tal distinção é feita de acordo com o uso das tecnologias e mídias utilizadas e a forma como é ministrada. É assim que autores como Maia e Mattar (2007) e Moore e Kearsley (2007) dividiram a história da EAD em diferentes gerações. Os dois primeiros autores mencionam três gerações, enquanto os dois últimos falam de cinco. As diferentes etapas da EAD são as seguintes:

A) Primeira geração – cursos por correspondência:

O histórico da educação a distância tem início com os cursos de instrução que eram entregues pelo correio. Denominado usualmente como estudo por correspondência, também era chamado de estudo em casa pelas primeiras escolas com fins lucrativos e estudo independente, pelas universidades.

Surgiu, formalmente, em meados do século XIX, a partir do desenvolvimento dos meios de transporte e comunicação (trens e correio), impulsionando o ensino por correspondência. As pessoas que desejavam estudar em casa ou no trabalho poderiam, pela primeira vez, obter instrução de um professor a distância.

A resistência em relação a cursos universitários a distância destacava-se, com poucas experiências duradouras, mesmo nos países mais desenvolvidos. A primeira iniciativa que utilizou a correspondência em cursos de educação superior ocorreu no Chautauqua Correspondence College. Fundado em 1881, foi rebatizado de Chautaugua College of Liberal Arts, em 1883. Nesse ano, foi autorizado pelo Estado de Nova York a conceder diplomas e graus de bacharel por correspondência (Bittner e Malory, 1993).

Outras experiências de educação a distância por correspondência também ocorreram em outros países. Na Grã-Bretanha, em 1840, Isaac Pitman utilizou o sistema postal nacional de ensino para ensinar seu sistema de taquigrafia. Em 1850, o francês Charles Toussant e o alemão Gustav Langenscheidt deram início ao intercâmbio do ensino de línguas, levando à criação de uma escola de idiomas por correspondência. Iniciativas similares ocorreram ao redor do mundo, à medida que os países desenvolveram seus sistemas postais (Moore e Kearsley, 2007).

B) Segunda geração – novas tecnologias, mídias e universidades abertas:

O aparecimento de novas mídias e tecnologias como a televisão, o rádio, as fitas de áudio e vídeo e o telefone marcaram essa fase. Surgiram as universidades abertas de ensino a distância, entusiasmadas pela criação da *Open University* britânica. As universidades abertas utilizavam intensamente rádio, televisão, audiocassetes, centros de estudo e realizaram diversas experiências pedagógicas. Esses ensaios fizeram crescer o interesse pela EAD.

As Megauniversidades (as maiores em número de alunos) abertas a distância começaram a se alastrar pelo mundo. Destacam-se o *Centre National d'Enseignement à Distance* (CNED) na França; a *Universidad Nacional de Educación a Distancia* (Uned) na Espanha; a Universidade Aberta de Portugal; a *FernUniversität in Hagen* na Alemanha; a *Central Radio and TV University* na China; a *Universitas Terbuka* na Indonésia; a *Indira Gandhi*

National Open University na Índia; a *University of South Africa* (Unisa), na verdade a pioneira, criada em 1946, mas que, no início, não era exatamente uma universidade aberta.

C) Terceira geração – EAD on-line:

Esta fase trouxe a utilização do videotexto, ou seja, informações divulgadas por meio da informática e da telefonia; do microcomputador; da multimídia, que integra texto, som e imagens; do hipertexto, isto é, dados em rede conectados por *links* e de redes de computadores, instituindo a EAD on-line. As mídias dessa geração ainda convivem, em muitos cursos a distância, apesar de predominar o uso da Internet. Em 1995, o crescimento acelerado da Internet revolucionou a história da educação a distância. O espaço virtual (por meio da rede) da aprendizagem digital (informação transformada em números, baseado na rede) tornou-se uma realidade.

Segundo Turban, Rainer e Potter (2005) “rede é um sistema de conexão, com ou sem fio, que permite o compartilhamento de recursos por diferentes computadores”. Com a educação on-line, surgiu um ensino-aprendizagem aberto, centrado no aluno, baseado no resultado, interativo (comunicação nos dois sentidos), participativo, flexível quanto ao currículo e às estratégias de aprendizado.

Enquanto Maia e Mattar (2007) falam de universidades abertas na segunda etapa, Moore e Kearsley (2007) se referem a essa forma de ensino na terceira geração. Para esses autores, as duas experiências mais importantes desse tipo de ensino foram o Projeto Mídia de Instrução Articulada (AIM – *Articulated Instructional Media Project*), da *University of Wisconsin*, em 1964, e a Universidade Aberta da Grã-Bretanha, em 1969. A intenção era incorporar várias tecnologias de comunicação para oferecer um ensino de alta qualidade com custo reduzido a alunos não-universitários.

D) Quarta geração – uso da teleconferência:

Moore e Kearsley (2007) referem-se a esta fase, marcada pelo uso da teleconferência (conferência eletrônica simultânea a distância), ao que parece exclusiva dos Estados Unidos. A EAD era suportada pela teleconferência nesse país nos anos 1970 e 1980. A primeira tecnologia utilizada na teleconferência em ampla escala, nessa época, foi a de audioconferência (conferência eletrônica a distância por meio exclusivo do som). A era do satélite de comunicações iniciada nos Estados Unidos, a 6 de abril de 1965, com o lançamento do satélite *Early Bird*, assinala também essa etapa da EAD nesse país. Uma das primeiras universidades norte-americanas a fazer experiências com a transmissão de programas educacionais com o uso do satélite (transmissões digitais ponto a ponto) foi a *University of Alaska*, que oferecia cursos de educação continuada para professores.

E) Quinta geração ensino por computador e Internet:

Ainda se distingue uma quinta geração da EAD, por Moore e Kearsley (2007), com ênfase para aulas virtuais baseadas no computador e na Internet. Porém, a utilização do computador e da Internet na educação, ou seja, educação on-line é apontada por Maia e Mattar (2007) na terceira geração.

2.1- Características da EAD

Ao surgir no cenário educacional, a educação a distância possuía alguns propósitos. Landim (1997) e Moore e Kearsley (2007) apontam algumas:

- **Democratizar o acesso à educação:** oferecer educação para todos. Fazer a educação chegar a públicos-alvos específicos, ou seja, em locais onde não haja instituições convencionais de ensino; proporcionar chance àqueles que estejam em desvantagem por limitação de tempo, distância ou incapacidade física; promover a igualdade de oportunidades educativas por meio de treinamento e atualização do aprendizado, e combinar o ensino com trabalho, vida familiar, meio cultural e natural dos alunos, evitando êxodos que incidissem negativamente no desenvolvimento regional;

- **Propiciar uma aprendizagem autônoma e ligada à experiência:** estimular a formação diferente do contexto da sala de aula; fomentar a autodeterminação dos alunos, fazendo-os se conscientizar da importância da aprendizagem autônoma; tornar os alunos agentes próprios de sua formação e o professor orientador e facilitador; propor uma independência de critério, capacidade para pensar, trabalhar e decidir por si mesmo, com satisfação pelo esforço pessoal; incentivar o aluno a estudar e pesquisar de modo independente e fortalecer o aprendizado colaborativo;

- **Incentivar a educação permanente:** satisfazer a crescente demanda e as aspirações dos diversos grupos com a promoção de atividades de extensão educacional e cultural, bem como oferecer estratégias adequadas e instrumentos para a formação permanente, reciclagem e aperfeiçoamento profissionais;

- **Promover um ensino inovador:** diversificar e ampliar as ofertas de estudos e cursos regulares ou não; propiciar um sistema educativo inovador, com meios didáticos e de multimídia;

- **Reduzir os custos:** procurar economia de escala, diminuir os custos iniciais considerados altos, causados pela produção de materiais didáticos e apoio do sistema operacional;

- A EAD tem se desenvolvido ao longo dos tempos com suas próprias peculiaridades que lhe são inerentes. Landim (1997); Belisário (2003); Moore e Kearsley (2007), e Soares (2003) assinalam as seguintes características dessa modalidade educativa;

- Separação do professor e do aprendiz no espaço e/ou no tempo durante a maior parte do processo educacional;

- Uso de recursos mediáticos e tecnológicos para unir professor e estudante, e alunos entre si;
- Comunicação massiva (grande quantidade) e com procedimentos industriais;
- Fornecimento de comunicação em dois sentidos: entre o professor, o tutor ou a instituição com o aprendiz;
- Controle da iniciativa de aprendizagem pelo estudante, ao invés do professor;
- Aprendizagem planejada, independente e flexível, pois é menos rígida sobre fatores como espaço (onde estudar?), assistência às aulas e tempo (quando estudar?) e ritmo (em que velocidade aprender?);
- Ensino fora do contexto da sala de aula com a utilização de apoio-tutoria;

2.2- A EAD e a Internet

Após sua disseminação, a tecnologia baseada na Internet atingiu rapidamente um grande número de pessoas. É impossível dizer exatamente quantas pessoas possam acessar a Internet. Capron e Johnson (2004) informam que a Internet, em 12 anos de disponibilidade pública, ultrapassou os 500 milhões de usuários e tem aumentado cada vez mais. Moore e Kearsley (2007) revelam que uma estimativa em março de 2004 indicou existirem 800 milhões de pessoas on-line.

A Internet, além de possibilitar a comunicação digital, acentuou a globalização, contribuindo muito para aumentar a procura da EAD.

2.3- A EAD e a educação presencial

A EAD está ganhando cada vez mais espaço no processo educativo, demonstrando que está diminuindo o preconceito em relação a essa modalidade de aprendizagem. A EAD foi considerada por longo tempo como uma solução paliativa, emergencial ou marginal em comparação aos sistemas convencionais. Tal concepção sempre colocava em dúvida a qualidade do ensino oferecido por sistemas de EAD. Havia uma tendência em destacar os fracassos em detrimento do sucesso e credibilidade alcançados por algumas das grandes universidades abertas européias (Belloni, 2006). A Internet, segundo Bayma (no prelo), possibilitou uma expansão surpreendente dessa modalidade de ensino, não tendo mais sentido comparar curso a distância com curso de segunda categoria.

Apesar desse crescimento explosivo da educação a distância, Bacha (2003) acredita que a ideia é tornar essa expansão compatível com a qualidade da educação. Para o autor, EAD não implica necessariamente facilidades no processo de aprendizagem, uma vez que a aquisição de conhecimentos é exatamente a mesma para ambas as formas de ensino: presencial e a distância. Também é infundado o receio de que o incremento da EAD tome o lugar do ensino presencial. O ensino a distância e o presencial não são rivais, podem ser combinados e praticados com resultados positivos para a qualidade do ensino. A ideia de que a educação a distância não pode ser vista como substitutiva ou concorrente da educação presencial é defendida por Landim (1997). A EAD não pode mais ser entendida apenas como uma alternativa para situações em que a educação presencial não possa se realizar.

O principal problema da resistência ao ensino a distância, acredita a autora, não é o vetor tecnológico, mas a necessidade de mudar a mentalidade sobre a presença absoluta do educador para que a aprendizagem aconteça.

O que existe de comum entre educação a distância e a presencial é que ambas são processos de ensino-aprendizagem. No entanto, apresentam algumas diferenças apontadas por Rover (2003); Landim (1997), e Moore e Kearsley (2007), entre as quais são destacadas as seguintes:

- Na EAD, a metodologia fundamenta-se na tecnologia que substitui total ou parcialmente a presença de professor e aluno na sala de aula. Por exemplo, o método dos cursos de EAD tradicional baseia-se, principalmente no material didático escrito e transmitido via serviço postal. Enquanto a EAD on-line é mais dinâmica, permite maior controle sobre o processo e possibilita a interação.
- Na educação presencial, os cursos tradicionais requerem a presença obrigatória de alunos e professores em local e tempo determinados.
- Na EAD, como o contato é indireto, o desenho instrucional deve ser elaborado de maneira que os aprendentes tenham condição de assimilar os conteúdos sem a presença do mestre. Uma vez que o educador não está presente, o material deve incorporar em si, o educador.
- Na educação presencial, como o contato é direto, o docente, transmissor do saber, organiza os conteúdos para garantir que sejam aprendidos pelos estudantes no encontro ou diálogo.
- Na EAD, o instrutor não saberá como os alunos reagem sobre o que for redigido, gravado ou dito em uma transmissão, a não ser que se esteja usando algum mecanismo de *feedback*.
- Na educação presencial, a reação dos educandos sobre a transmissão do saber é imediata.

Apesar das diferenças entre educação a distância e ensino presencial, atualmente, existe cada vez mais uma convergência entre as duas modalidades de ensino-aprendizagem. Hoje, a legislação brasileira permite que 20% da grade curricular dos cursos presenciais sejam ministradas a distância, aproximando mais ainda a EAD da educação presencial. Bayma (no prelo) enfatiza que, na contemporaneidade, a terminologia ‘educação a distância’ vem sendo substituída pela expressão cursos on-line. Se a EAD dá uma ideia de distância física

e falta de interatividade, a educação on-line demonstra uma relação presencial, em tempo real. O estudo é síncrono, possibilitando a interação por meio da Internet.

Muitas discussões têm sido realizadas em torno das qualidades e dos defeitos do ensino presencial e a distância. Os defensores do ensino tradicional exigem a presença física do professor-aluno em uma sala de aula. Contudo, convém salientar que essa presença física no processo de aprendizagem não garante a interação e a aprendizagem. As tecnologias ampliam as possibilidades de ensino para além dessas delimitações, possibilitando a interação entre professores e alunos. Entretanto, os momentos de interação, por meio do *chat*, não garantem a efetiva participação dos discentes. Há muitos alunos que se conectam com certa frequência, mas não se manifestam nos debates. Contudo, o silêncio em discussões por parte de alguns estudantes pode acontecer também no ensino tradicional, pois a presença física não garante a participação. Vale ressaltar que a tecnologia não só pode diminuir a distância física na EAD mas também distâncias de interação em cursos presenciais.

2.4- A EAD no Brasil

A situação sócio-econômico-cultural dos países da América Latina, marcada pelas desigualdades sociais, contrasta com as mudanças tecnológicas e as exigências de qualificação no mundo de trabalho. Por exemplo, frente ao aumento de usuários dos meios de comunicação cresce, paradoxalmente, o número de analfabetos, acentua-se a “desigualdade” entre os que têm formação muito especializada e os que se encontram cada vez mais desqualificados para atender às exigências da sociedade atual.

A EAD, como prática educativa, deve considerar essa realidade e comprometer-se com os processos de libertação do homem em direção a uma sociedade mais justa, solidária e igualitária.

No Brasil, a história da Educação a Distância tem seu primeiro capítulo dedicado aos esforços isolados dos idealistas que se lançaram à aventura de colocar os meios de

comunicação a serviço da educação. Ao longo da sua evolução, os interesses e as dificuldades comuns levaram os educadores a se aproximarem na tentativa de conjugar esforços para uma atuação mais efetiva.

O início se deu a partir do surgimento e da disseminação dos meios de comunicação. Considera-se como marco inicial a criação, entre 1922 e 1925, por Roquete Pinto, fundador da Rádio Sociedade do Rio de Janeiro, de um plano sistemático de utilização educacional da radiodifusão como forma de ampliar o acesso a educação. Alguns projetos que acompanharam a trajetória do EAD no Brasil merecem destaque:

- O ensino por correspondência é utilizado pela Marinha desde 1939;
- O Instituto Universal Brasileiro, sediado em São Paulo, com filial no Rio de Janeiro e Brasília, oferece cursos por correspondência. Fundado em 1941, é um dos pioneiros no ensino a distância no País;
- O Projeto Minerva, transmitido pela Rádio MEC, com apoio de material impresso, permitiu a milhares de pessoas realizarem seus estudos básicos;
- O Sistema Avançado de Comunicações Interdisciplinares (Projeto Saci) foi concebido e operacionalizado em caráter experimental entre 1967 e 1974 por iniciativa do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE). Esse projeto tinha como objetivo estabelecer um sistema nacional de tele-educação com uso de satélite. A programação era voltada para as quatro primeiras séries do ensino primário e para a habilitação de leigos. Além da ideia de usar rádio e televisão por satélite, o projeto oferecia mecanismos constantes de *feedback* aos alunos, por meios de textos de instrução programada e um sistema de correção de testes por computador. O projeto propunha desenvolver um experimento com utilização ampla dos meios de comunicação de massa para fins educativos. A partir de 1975, o INPE, situado em São José dos Campos (SP) teve dificuldades

em continuar com o projeto. O Governo do Rio Grande do Norte e o Ministério da Educação, em convênio, deram continuidade ao projeto. A transmissão por satélite foi abandonada, porém a experiência prosseguiu com o uso da televisão e emissão por rádio;

- A experiência pioneira no Brasil em televisão educativa foi realizada pela Fundação Padre Anchieta. Adquirida pelo Governo de São Paulo em 1967, com o objetivo de promover atividades culturais e educacionais por meio de rádio e TV. Foram utilizados telepostos mantidos pela própria Fundação ou por entidades particulares. A Tele-Escola da Fundação Padre Anchieta, de São Paulo, produziu e veiculou programas de apoio a alunos e professores das últimas séries do ensino fundamental;
- A Fundação Padre Landell de Moura (Feplan), sediada em Porto Alegre, desenvolve expressiva programação educativa, desde 1967, utilizando metodologia de ensino pelo rádio e por correspondência;
- O sistema de Televisão Educativa do Maranhão teve início em 1969, com uma atuação em nível ginásial. O material utilizado era produzido pela TV Cultura de São Paulo, sendo o único experimento que integrava a TVE ao sistema educacional formal;
- O Instituto de Radiodifusão Educativa da Bahia ocupa lugar de destaque na história da tele-educação brasileira por sua iniciativa pioneira, instalando, em 1969, postos de recepção para o curso ginásial em integração com as atividades radiofônicas educativas;
- O colégio Anglo-Americano, com sede no Rio de Janeiro, vem oferecendo desde o final da década de 70, em 28 países, cursos por correspondência em nível de ensino fundamental e médio, para brasileiros que residem temporariamente fora do País;

- Uma das primeiras experiências universitárias de educação a distância no Brasil foi iniciada pela Universidade de Brasília – UnB, em meados da 1970;
- A televisão Educativa do Ceará teve início em 1974. Desenvolveu o Projeto Tele-Ensino para alunos de 5^a. a 8^a. séries (atuais 6^o. e 9^o. anos) do ensino fundamental, com foco de atuação no interior do Estado. A TVE do Ceará presta serviços às Secretarias Estadual e Municipal de Educação, mediante convênio.
- Criado em 1975, o Centro Federal de Educação Tecnológica do Rio de Janeiro, em uma iniciativa conjunta com a Secretaria de Educação Média e Tecnológica do MC, criou um Curso de Especialização Didática Aplicada a Educação Tecnológica. Utilizando a modalidade de EAD, possibilita ao professor cursista o acesso a alguns referenciais teórico-práticos.
- O Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC), instituição sem fins lucrativos, voltada para a formação profissional no setor de Comércio e Serviços, iniciou suas atividades em EAD em 1976, com a criação de um Sistema Nacional de Teleducação. Entre 1976 e 1988, foram oferecidos cerca de 40 cursos, utilizando material institucional adaptado pelo seu Departamento Nacional, a partir de material já existente na Instituição. Neste departamento, foi criado, em 1995, o Centro Nacional de Ensino a Distância;
- A Fundação Roberto Marinho (FRM), desde 1977, vem desenvolvendo vários programas de ensino a distância. Iniciou seu Telecurso de 2^o. grau e o Supletivo de 1^o. grau. Em 1994, concebeu e produziu o Telecurso 2000, em convênio com a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP), Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) e Serviço Social da Indústria (SESI). Esta série, além da parte de educação geral, oferece cursos profissionalizantes. O primeiro curso oferecido foi o de Mecânica;

- A Multi-Rio, empresa de multimeios da Prefeitura do Rio de Janeiro, atua na área de EAD e vem realizando um trabalho dirigido a alunos e professores do 6º. ao 9º. anos do sistema municipal de ensino;
- O Laboratório de Ensino a Distância do Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), criado em 1995, oferece cursos de Pós-Graduação – *Lato e Stricto Sensu* – cursos de extensão em todas as áreas de engenharia de produção e áreas afins em várias cidades do Estado de Santa Catarina com aulas ministradas a distância;
- Implantada em março de 1996, a TV Escola da Secretaria de Ensino a Distância do Ministério da Educação (MEC) que vai ao ar diariamente, 14 horas por dia, é uma das maiores iniciativas de EAD, em operação no País. Baseia-se em disseminação de material didático via TV, complementado por atividades presenciais ou de interação a distância;
- A Universidade Anhembi-Morumbi é pioneira na experimentação de um curso de moda a distância, via Internet. As primeiras iniciativas em Ensino Interativo nessa Universidade começaram com o *Projeto Atue On-Line*, em 1997. Em 2000, passou a integrar a Universidade Virtual Brasileira;
- O Consórcio Uniredes, cuja proposta foi lançada em dezembro de 1999 e formalizada em janeiro de 2000, é atualmente composto por 62 universidades públicas brasileiras e visa colocar o ensino a distância no Brasil em um alto patamar tanto de qualidade quanto de quantidade de cursos e atividades ofertadas;
- Em 2000, também foi lançada a Universidade Virtual Brasileira, um consórcio que reúne universidades privadas de todo o Brasil, destinado a desenvolver

cursos e programas on-line em todos os níveis nas áreas de negócios, marketing, turismo, comunicação e artes, entre outras.

3- A HISTÓRIA DA INTERNET

Desenvolvida pela empresa ARPA (Advanced Research and Projects Agency), em 1969, com o objetivo de conectar os departamentos de pesquisa, essa rede foi batizada com o nome de ARPANET. Antes da ARPANET, já existia outra rede que ligava esses departamentos de pesquisa e as bases militares, mas, como os EUA estavam em plena guerra fria e toda a comunicação desta rede passava por um computador central que se encontrava no Pentágono, sua comunicação era extremamente vulnerável. Se a antiga URSS resolvesse cortar a comunicação da defesa americana, bastava lançar uma bomba no Pentágono, e essa comunicação entraria em colapso, tornando os Estados Unidos extremamente vulneráveis a mais ataques. A ARPANET foi desenvolvida exatamente para evitar isso. Com um Back Bone que passava por baixo da terra (o que a tornava mais difícil de ser interrompida), ela ligava os militares e pesquisadores sem ter um centro definido ou mesmo uma rota única para as informações, tornando-se quase indestrutível. Nos anos 1970, as universidades e outras instituições que faziam trabalhos relativos à defesa tiveram permissão para se conectar à ARPANET. Em 1975, existiam aproximadamente 100 sites.

Os pesquisadores que mantinham a ARPANET estudaram como o crescimento alterou o modo como as pessoas usavam a rede. Anteriormente, os pesquisadores haviam presumido que manter a velocidade da ARPANET alta o suficiente seria o maior problema, mas, na realidade, a maior dificuldade se tornou a manutenção da comunicação entre os computadores (ou interoperação). No final dos anos 1970, a ARPANET tinha crescido tanto que o seu protocolo de comutação de pacotes original, chamado de Network Control Protocol (NCP), tornou-se inadequado. Em um sistema de comutação de pacotes, os dados a serem comunicados são divididos em pequenas partes.

Essas partes são identificadas de forma a mostrar de onde vieram e para onde devem ir, assim como os cartões-postais no sistema postal. Assim, também como os cartões-postais, os pacotes possuem um tamanho máximo e não são necessariamente confiáveis. Os pacotes são enviados de um computador para outro até alcançarem o seu destino. Se algum deles for perdido, ele poderá ser reenviado pelo emissor original. Para eliminar retransmissões desnecessárias, o destinatário confirma o recebimento dos pacotes.

Depois de algumas pesquisas, a ARPANET mudou do NCP para um novo protocolo chamado TCP/IP (Transfer Control Protocol/Internet Protocol) desenvolvido em UNIX. A maior vantagem do TCP/IP era que ele permitia (o que parecia ser na época) o crescimento praticamente ilimitado da rede, além de ser fácil de implementar em uma variedade de plataformas diferentes de hardware de computador. Nesse momento, a Internet era composta de aproximadamente 50.000 redes internacionais, sendo que mais ou menos a metade delas encontrava-se nos Estados Unidos. A partir de julho de 1995, havia mais de 6 milhões de computadores permanentemente conectados à Internet, além de muitos sistemas portáteis e de desktop que ficavam on-line por apenas alguns momentos. (informações obtidas no Network Wizard Internet Domain Survey, <http://www.nw.com>).

3.1- Histórico da Internet no Brasil

A história da Internet no Brasil começou bem mais tarde, só em 1991, com a RNP (Rede Nacional de Pesquisa), uma operação acadêmica subordinada ao MCT (Ministério de Ciência e Tecnologia). A RNP é o "backbone" principal e envolve instituições e centros de pesquisa (FAPESP, FAPEPJ, FAPEMIG, etc.), universidades, laboratórios, entre outros.

Em 1994, no dia 20 de dezembro, a EMBRATEL lançou o serviço experimental a fim de conhecer melhor a Internet. Somente em 1995 é que foi possível, pela iniciativa do Ministério das Telecomunicações e do Ministério da Ciência e Tecnologia, a abertura ao setor privado da Internet para exploração comercial da população brasileira. A RNP ficou responsável pela infraestrutura básica de interconexão e informação em nível nacional, tendo controle do backbone (coluna dorsal de uma rede, backbone representa a via principal de informações transferidas por uma rede, neste caso, a Internet). No meio dos anos 80, havia um interesse suficiente em relação ao uso da Internet no setor de pesquisas,

educacional e das comunidades de defesa, que justificava o estabelecimento de negócios para a fabricação de equipamentos especificamente para a implementação da Internet. Empresas tais como a Cisco Systems, a Proteon e, posteriormente, a Wellfleet (atualmente Bay Networks) e a 3Com, começaram a se interessar pela fabricação e venda de roteadores, o equivalente comercial dos gateways criados pela BNN nos primórdios da ARPANET. A Internet, então, passa a ter um crescimento exponencial no número de redes, número de hosts e volume de tráfego.

3.2- Linha de tempo da Internet no Brasil

- **1987**

A FAPESP (Fundações de Pesquisa do Estado de São Paulo) e o LNCC conectaram-se a instituições nos EUA. Após conseguirem acesso a redes internacionais, essas instituições incentivaram outras entidades do País a usar as redes.

As entidades conectavam-se utilizando recursos próprios e pagando à EMBRATEL as tarifas normais pela utilização de circuitos de comunicação de dados. O critério utilizado para selecionar onde se conectar, normalmente, era a distância. Esse modelo funcionou por algum tempo e mostrou a necessidade de um projeto adequado para a formação de um Backbone nacional (para conectar os centros provedores de serviços especiais a redes regionais que, por sua vez, também deviam ser fomentadas).

- **1988**

A UFRJ conectou-se à UCLA. Após isso, várias universidades e centros de pesquisa conectaram seus equipamentos a uma dessas instituições.

- **1990**

A RNP (Rede Nacional de Pesquisa) é uma iniciativa do Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT) cujo objetivo é implantar uma moderna infraestrutura de serviços Internet, com abrangência nacional. O lançamento oficial da RNP contou com o apoio da Fapesp, Faperj e Fapergs, sob a coordenação política e orçamentária do CNPq.

Até abril de 1995, a atuação da RNP se restringia a áreas de interesse da comunidade de educação e pesquisa do País. Sua missão básica é disseminar o uso da Internet no Brasil, especialmente para fins educacionais e sociais. A RNP oferece conectividade IP em termos comerciais extremamente competitivos em todos os estados do País.

- **1991**

A lentidão e os problemas apresentados no modelo inicial obrigaram o planejamento de uma forma mais adequada de interconectar os diversos centros de pesquisa do País. Ocorre então a apresentação do planejamento de uma forma mais adequada de interconexão. Em 7 de junho de 1991, dá-se a aprovação da implantação de um Backbone para a RNP, financiada pelo CNPq.

A função básica do Backbone é prover a conectividade e o transporte de tráfego entre estruturas análogas existentes em diversas regiões do País. Dessa forma, a RNP é a congregação dos esforços regionais, via estrutura nacional ("Backbone") e a fomentadora da implantação de novas redes regionais.

- **1992/1993**

Ocorre a implantação do Backbone, cobrindo a maior parte do País, a velocidades mínimas de 9.600 bits por segundo (bps). É desenvolvido um planejamento para o período de 1994/1995 para efetivar a consolidação da rede.

- **1994/1995**

Esta época foi um marco. Os ministérios das Comunicações e da Ciência e Tecnologia criaram, por portaria, a figura do provedor de acesso privado à Internet e liberaram a operação comercial no Brasil. No ano seguinte, muitos provedores começaram a vender assinaturas de acesso à rede. Nessa época, os seguintes Estados possuíam um POP (ponto de presença) oficial da RNP ou um ponto de acesso operado por alguma instituição local e aberto à comunidade de educação e pesquisa na região: Alagoas, Amazonas, Bahia, Ceará, Distrito Federal, Espírito Santo, Goiás, Maranhão, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Pará, Paraíba, Paraná, Pernambuco, Piauí, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, São Paulo e Tocantins.

As instituições que então se conectaram à RNP ou a redes estaduais eram primariamente voltadas para educação, pesquisa ou gestão governamental; cerca de 400 instituições de ensino e pesquisa do País se ligaram em rede, incluindo a maioria das universidades e dos institutos de pesquisa governamentais. A estimativa era que havia 60.000 usuários ativos para uso acadêmico.

O ZAZ, o portal da empresa de tecnologia Nutec Net, teve início no final de 1996.

- **1999**

Neste ano, o número de internautas era superior a 2,5 milhões. Segundo o Ibope, o País contava com 7,68 milhões usuários de Internet em 2002. Hoje, o Brasil se aproxima dos 30 milhões de indivíduos com acesso direto à rede e conta com 18,3 milhões de computadores pessoais. O número de internautas representa 17% da população, ou uma em cada seis pessoas, sendo 53% de homens e 47% de mulheres. O brasileiro navega uma média de 14 horas e meia por mês. Cinco milhões de pessoas utilizam banda larga e quase 50% deles acessam serviços bancários on-line, índice acima do constatado em países como Alemanha (41%), Reino Unido (38%) e EUA (29%).

- **2000**

Neste ano, o ZAZ, portal de tecnologia Nutec Net, foi comprado pela Telefônica e agregado à rede mundial Terra Networks, tornando-se um dos maiores portais do mundo,

com atuação na Espanha, nos Estados Unidos e 15 países da América Latina, como México, Argentina e Chile.

Neste mesmo ano, aumenta a oferta de serviços de banda larga (Internet rápida) no Brasil.

- **2004**

Lançado no Brasil, pelo Google, a maior rede social popular, o Orkut.

- **2009**

A Internet chega, no Brasil, a 64,8 bilhões de usuários, conforme o IBOPE.

3.3- Ações do MEC para o Ensino a Distância

Com o desenvolvimento da modalidade do ensino a distância no Brasil, o MEC criou em 1995 a Secretaria de Educação a Distância (SEED). De acordo com o MEC, o objetivo desta Secretaria é “levar para a escola pública toda a contribuição que os métodos, técnicas e tecnologias de educação a distância podem prestar à construção de um novo paradigma para a educação brasileira”. A ideia é aumentar a qualidade da educação brasileira e democratizar o seu uso, buscando incentivos e investimentos do setor privado sem deixar de executar suas obrigações na formação básica e posteriores.

Coerente com este propósito, a SEED desenvolve várias ações, como a TV Escola, o PROINFO (Programa Nacional de Informática nas Escolas), o PAPED (Programa de Apoio à Pesquisa em EAD), entre outras. A Educação a Distância integra uma ampla política de educação, sendo uma das prioridades do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE).

As bases legais da educação a distância no Brasil foram estabelecidas pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei no. 9.394, de 20 de dezembro de 1996), pelo Decreto

no. 2.494, de 10 de fevereiro de 1998 (publicado no D.O.U. de 11/02/98), Decreto no. 2.561, de 27 de abril de 1998 (publicado no D.O.U. de 28/04/98) e pela Portaria Ministerial no. 301, de 07 de abril de 1998 (publicada no D.O.U. de 09/04/98).

Em 03 de abril de 2001, a Resolução no. 1, do Conselho Nacional de Educação, estabeleceu as normas para a pós-graduação *lato e stricto sensu* a distância.

3.3.1- Ensino fundamental, médio e técnico a distância

De acordo com o Artigo 2º. do Decreto no. 2.494/98, “os cursos a distância que conferem certificado ou diploma de conclusão do ensino fundamental para jovens e adultos, do ensino médio, da educação profissional e de graduação serão oferecidos por instituições públicas ou privadas especificamente credenciadas para este fim (...)”.

Para oferta de cursos a distância dirigidos à educação fundamental de jovens e adultos, ensino médio e educação profissional de nível técnico, o Decreto no. 2.561/98 delegou competência às autoridades integrantes dos sistemas de ensino para promover os atos de credenciamento de instituições localizadas no âmbito de suas respectivas atribuições.

Dessa forma, as propostas de cursos nesses níveis deverão ser encaminhadas ao órgão do sistema municipal ou estadual responsável pelo credenciamento de instituições e autorização de cursos (Conselhos Estaduais de Educação) – a exceção quando se trata de instituição vinculada ao sistema federal de ensino. Nesse caso, o credenciamento deverá ser feito pelo MEC.

3.3.2- Ensino superior e educação profissional em nível tecnológico

Quando se trata da oferta de cursos de graduação e educação profissional em nível tecnológico, a instituição interessada deve credenciar-se junto ao MEC, solicitando a autorização de funcionamento para curso que pretende oferecer. O processo será analisado pela Secretaria de Educação Superior – SESU, por uma Comissão de Especialistas na área do curso em questão e por especialistas em educação a distância. O parecer é enviado ao

Conselho Nacional de Educação. A qualidade do projeto da instituição será o foco principal da análise. Para orientar a elaboração de um projeto de um curso de graduação a distância, a SEED elaborou o documento *Indicadores de Qualidade para Cursos de Graduação a Distância*, disponível no *site* do MEC.

3.3.3- Pós-Graduação a Distância

A possibilidade de cursos de mestrado, doutorado e especialização a distância, foi regulamentada pela Resolução no. 01, da Câmara de Ensino Superior (ICES), do Conselho Nacional de Educação (CNE), em 3 de abril de 2001.

O artigo 3º, tendo em vista o disposto no X 1º. do artigo 80 da Lei no. 9.394, de 1996, determina que os cursos de pós-graduação *stricto sensu* (mestrado e doutorado) a distância serão oferecidos exclusivamente por instituições credenciadas para tal fim pela União e obedecem às exigências de autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimento estabelecidas na referida Resolução.

No artigo 11, a Resolução no. 1, de 2001, também conforme o disposto X 1º. do Artigo 80 da Lei no. 9.394/96: estabelece que os cursos de pós-graduação *lato sensu* a distância só poderão ser oferecidos por instituições credenciadas pela União. Os cursos de pós-graduação *lato sensu* oferecidos a distância deverão incluir, necessariamente, provas presenciais e defesa presencial de monografia ou trabalho de conclusão de curso.

3.3.4- Crescimento da EAD no Brasil - Informações oficiais

O MEC divulgou, no primeiro semestre de 2009, uma estimativa de crescimento no número de alunos e de instituições que ofereceram cursos na modalidade a distância em 2008, conforme informações abaixo (Censo Ead Br 2010):

- 761.099 alunos em 108 instituições credenciadas;

- Instituições particulares: 551.860 alunos em 49 instituições;
- Instituições comunitárias: 49.139 alunos em 11 instituições;
- Instituições públicas com ensino gratuito: 67.600 alunos em 48 universidades federais, estaduais e institutos federais;
- Instituição pública com ensino pago: 92.500 alunos em uma universidade estadual;
- Instituições credenciadas:
 - ✓ Cursos lato sensu: 32;
 - ✓ Para cursos de graduação e lato sensu: 145
 - ✓ Total de IES credenciadas: 177

Tabela 4: Número de alunos em instituições credenciadas por região, nível educacional e natureza jurídica.

Região	Número alunos	Nível educacional		Natureza jurídica	
		Educ. sup.	Educ. bás.	Pública	Privada
Nordeste	73.076	67.656	5.420	29.942	43.134
Norte	83.655	77.160	6.495	76.909	6.746
Centro Oeste	78.788	46.735	32.053	14.822	63.966
Sudeste	461.113	232.306	228.807	120.808	340.305
Sul	378.640	367.390	11.250	25.214	353.426
Total	1.075.272	786.718	283.291	273.487	801.785

Fonte: Censo EaD Br 2010

Tabela 5: Número de instituições credenciadas que ministram cursos a distância por região, nível educacional e natureza jurídica.

Estado	Quantidade Instituições Nº Inst.	Nível educacional		Natureza jurídica	
		Educ. sup.	Educ. bás.	Pública	Privada
Nordeste	69	38	31	47	22
Norte	23	13	10	15	08
Centro oeste	42	19	23	17	25

Sudeste	145	88	57	41	104
Sul	97	39	58	21	76
Total	376	197	179	141	235

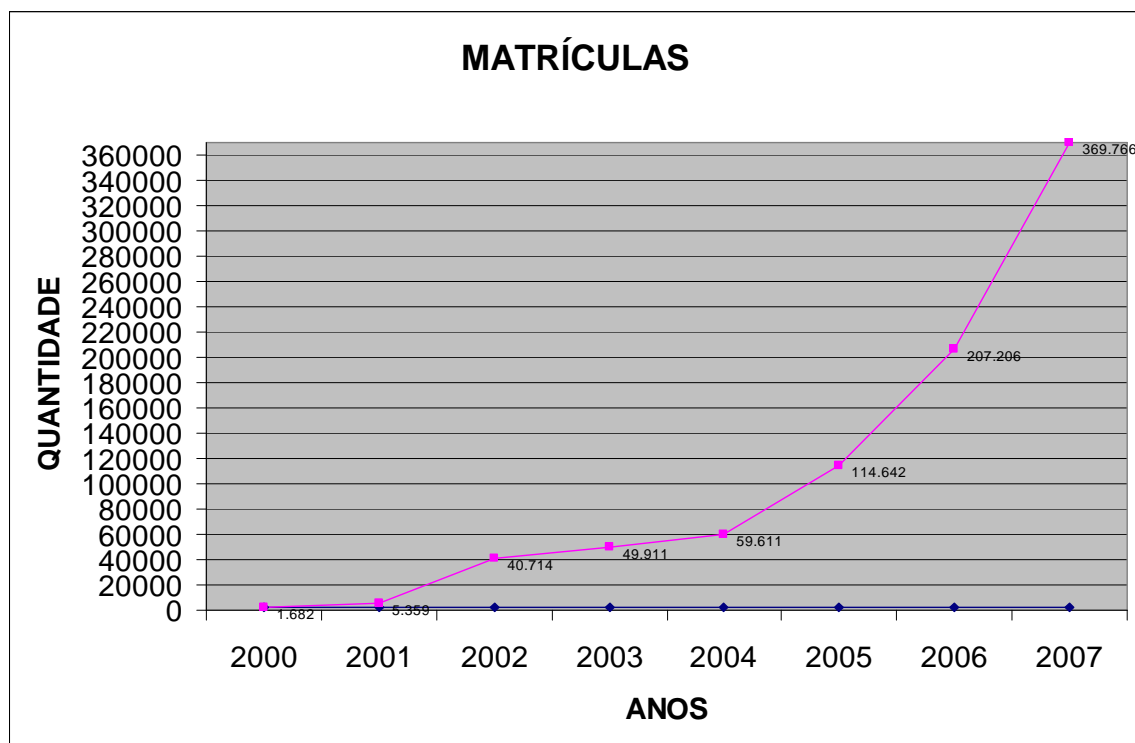
Fonte: Censo Ead Br 2010

Tabela 6: Série histórica: número de matrículas EAD em graduação

Ano	Total	Pública			Privada	
		Federal	Estadual	Municipal	Particular	Comum.
2000	1.682	300	1.382			
2001	5.359	1.837	3.522			
2002	40.714	11.964	22.358		4.240	2.152
2003	49.911	16.532	23.272		7.439	2.668
2004	59.611	18.121	17.868		21.077	2.545
2005	114.642	15.740	37.377	1.398	53.422	6.705
2006	207.206	17.359	21.070	3.632	129.746	35.399
2007	369.766	25.552	67.275	1.382	183.906	91.651

Fonte: Censo Ead Br 2010

Gráfico 1



**Tabela 7: Série histórica: número de instituições de EAD para cursos de graduação
(Censo EaD Br. 2010)**

Ano	Total	Pública			Privada	
		Federal	Estadual	Municipal	Particular	Comun.
2000	07	03	04			
2001	10	05	05			
2002	25	09	07		07	02
2003	38	14	08		13	03
2004	47	13	10	01	16	07
2005	73	15	10	02	26	20
2006	77	22	10	01	26	18
2007	97	34	13	01	30	19

Fonte: Censo Ead Br 2010

Gráfico 2

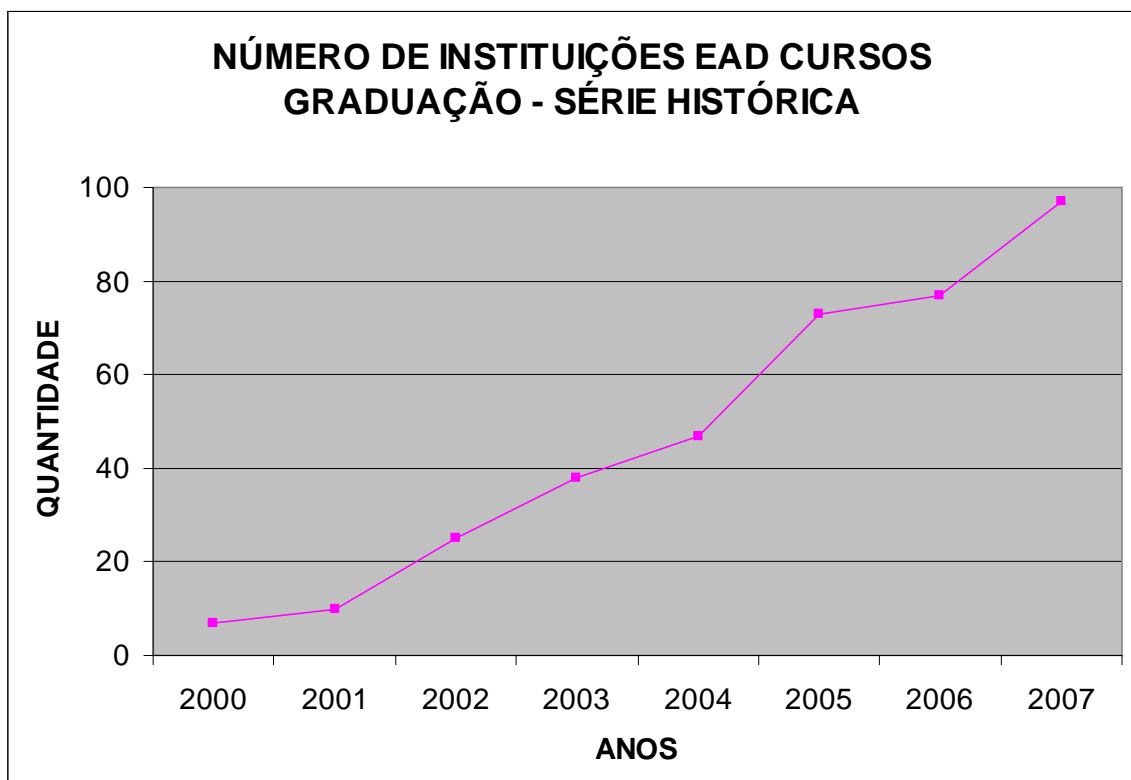
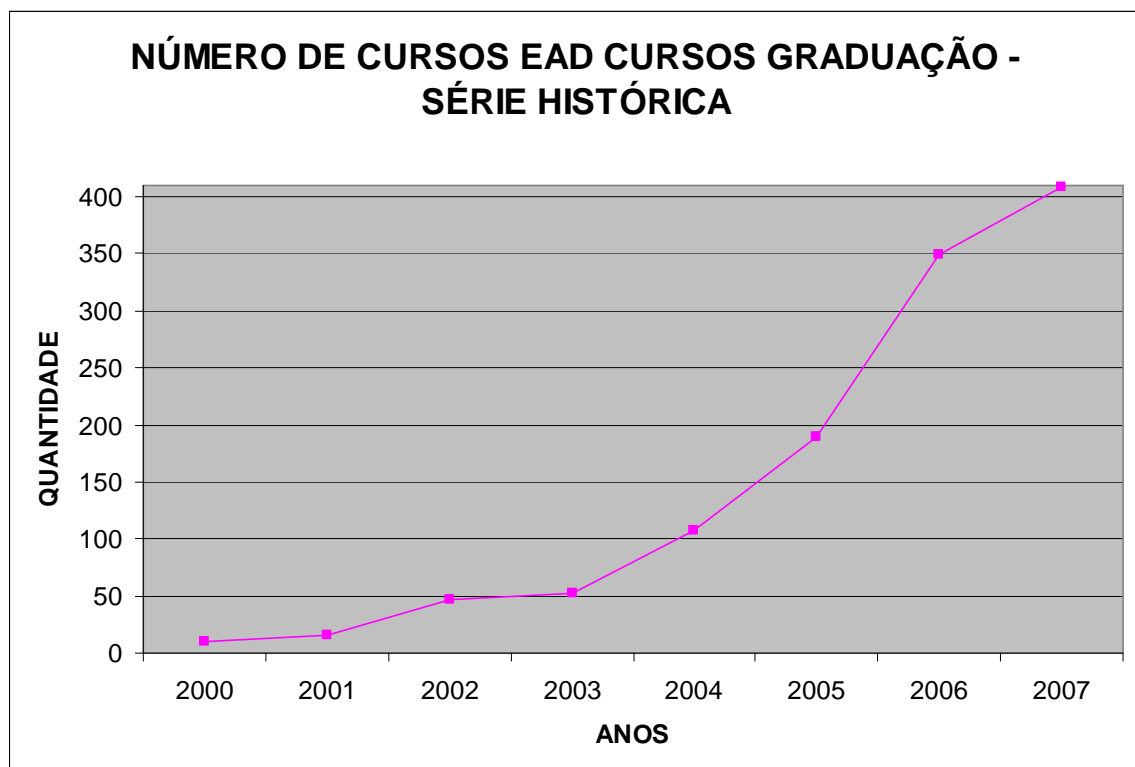


Tabela 8: Série histórica: número de cursos de EAD para graduação

Ano	Total	Pública			Privada	
		Federal	Estadual	Municipal	Particular	Comun.
2000	10	05	05			
2001	16	10	06			
2002	46	25	12		07	02
2003	52	25	11		13	03
2004	107	20	17	02	52	16
2005	189	25	41	07	78	38
2006	349	52	58	15	150	74
2007	408	105	24	19	157	103

Fonte: Censo Ead Br 2010

Gráfico 3



A tabela 4 demonstra a concentração de alunos na modalidade EAD por região. De acordo com a tabela, a região Sudeste concentra o maior número de alunos na modalidade EAD se comparado com a região Nordeste. Enquanto a região Sudeste concentra 42,8% dos alunos, a concentração na região nordeste corresponde a 6,79%.

Quando se fala especificamente de instituições credenciadas (tabela 5), mantém-se a concentração na região Sudeste (38,5%).

A tabela 6 demonstra o crescimento no número de matrículas ao longo dos anos. A série histórica compreende o período de 2000 a 2007. De 2000 a 2002, houve um crescimento de 2.420%. De 2000 para 2007, houve o excepcional crescimento de 21.944%.

Nas tabelas 7 e 8, é possível visualizar o significativo aumento no número de instituições credenciadas (13,85%) bem como o aumento de 40,8% no número de cursos oferecidos para os cursos de graduação na modalidade EAD.

Embora o MEC/SEED possua claras diretrizes para o desenvolvimento da educação a distância no Brasil, o grande crescimento ocorrido na metade da década de 2000 superou as expectativas, gerando um significativo grau de preocupação no que se refere à qualidade dos cursos oferecidos. Segundo Hélio Chaves, Diretor de Regulação e Supervisão em EAD da SEED, o rigor no credenciamento e o constante acompanhamento das instituições que oferecem esta modalidade de ensino é fundamental para que seja garantida a qualidade nos cursos. Para isso, a SEED criou alguns mecanismos que englobam os principais pontos a seguir:

Dimensão 1: organização institucional para EAD

- Condições de cumprir sua missão para atuação em EAD;

- Condições para implementação do planejamento de programas, projetos e cursos na modalidade EAD;
- Condições de cumprimento do Plano de Gestão em caráter administrativo e acadêmico;
- Existência de uma unidade específica, responsável pela gestão acadêmica operacional da modalidade EAD;
- Comprovação da existência de processo adequado de avaliação institucional, aplicado periodicamente;
- Existência de regras que permitam a representação ampla de professores, tutores e estudantes, a fim de garantir reflexões e debates;
- Existência de, no mínimo, 3 anos de oferta de cursos a distância.

Dimensão 2: corpo social

- Existência de programas para formação e capacitação permanente dos docentes;
- Existência de programas para formação e capacitação permanente dos tutores;
- Política de incentivo à produção acadêmica;
- O coordenador de EAD deve possuir doutorado e experiência de magistério superior de, no mínimo 4 anos, sendo pelo menos 3 anos em EAD;
- Existência de uma política para formação e capacitação permanentes do corpo técnico e administrativo.

Dimensão 3: instalações físicas

- As instalações administrativas envolvidas nas atividades EAD devem atender aos requisitos de dimensão, limpeza, iluminação, acústica, ventilação, segurança, conservação e comodidade necessárias à atividade proposta.
- Comprovação da existência de recursos audiovisuais, incluindo multimídia.

Ainda segundo o Sr. Hélio Chaves, além desses mecanismos, a SEED utiliza a Universidade Aberta do Brasil (UAB) como indutor de boas práticas de qualidade.

A Universidade Aberta do Brasil é um projeto desenvolvido entre o MEC, empresas estatais e a Associação dos dirigentes das Instituições Federais de Ensino. Seu objetivo é desenvolver a modalidade do ensino a distância no País com a finalidade de expandir e interiorizar a oferta de cursos e programas de educação superior, além de ampliar o acesso à educação superior pública, levando os cursos às diferentes regiões do País.

4- A EVASÃO NA EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA

Um problema recorrente na Educação a Distância é a evasão. Para Fávero (2006), evasão é a desistência do curso, incluindo os que, após a matrícula, nunca se apresentaram aos colegas ou mediadores do curso. Essa é uma realidade presente no Brasil e em outros países. Em 2005, a FGV-EAESP – Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas realizou uma pesquisa sobre o índice de evasão em educação superior a distância e concluiu que os cursos totalmente a distância têm maior evasão (30%) que os cursos semipresenciais (8%). Os cursos de extensão e especialização têm 25% de evasão. A pesquisa também identificou a existência de uma diferença entre as escolas públicas e privadas. Enquanto as escolas públicas têm 11% de evasão, nas privadas o percentual é de 23%. A maior diferença identificada pela pesquisa está nos cursos certificados pelo MEC (21%) e os cursos com certificação própria (62%). Esse alto índice de evasão nos cursos com certificação própria pode indicar a existência de pouca credibilidade e confiabilidade nessa certificação.

São vários os fatores que interferem na questão da evasão da Educação a Distância (Fávero, 2006). Segundo Coelho (2002) e Moore e Kearsley (2007), as principais causas para a evasão são:

- **Insatisfação com o tutor** – às vezes, a abordagem pedagógica, as avaliações, o perfil do professor, entre outras, influenciam negativamente para a decisão do aluno quanto à sua permanência.

- **Dificuldade de acesso à Internet** – muitos dos polos de educação a distância ficam localizados em cidades do interior do país e apresentam como principal dificuldade o acesso à Internet de banda larga.
- **Complexidade das atividades** – dificuldade do aluno em desenvolver as atividades passadas pelos tutores.
- **Dificuldade de assimilação da cultura inerente à EAD** – por não ter conhecimento do ambiente virtual de aprendizagem usado no curso e de sua metodologia, muitos se sentem inseguros em ingressar em um curso a distância.
- **Falha na elaboração do curso** – a forma em que o curso foi estruturado pode não atender às necessidades de determinado grupo de alunos.
- **Expectativas erradas por parte dos alunos** – os alunos têm uma imagem errada do curso que é oferecido.
- **Tecnologia inadequada ou falta de habilidade para usar a tecnologia corretamente** – caso não haja familiaridade por parte dos alunos na utilização de recursos Web, pode haver problemas de usabilidade tanto para as ferramentas síncronas quanto as assíncronas.

Apesar da importância dos cursos a distância como ferramenta de desenvolvimento de competências humanas para o trabalho, há poucas pesquisas que avaliam esses cursos e, em particular, os índices de evasão.

5- A PESQUISA

Para a pesquisa foram comparados os baixos índices de evasão dos cursos a distância da Fundação Getulio Vargas (considerado um dos menores do País), com dados fornecidos

pelo Censo EAD Brasil, 2010 (Pearson Education do Brasil, 2010). A pesquisa utilizou um recorte específico: cursos de MBA que utilizam a figura do tutor na aplicação dessa metodologia em ensino. É importante que se diga que, nos cursos a distância que não utilizam tutores, o índice de evasão é bem maior, demonstrando, dessa forma, o papel relevante desempenhado pelo tutor.

A escolha da Fundação Getulio Vargas como referência da pesquisa deve-se à inegável qualidade de seus cursos e a sua credibilidade junto à sociedade, corroboradas pela pesquisa realizada pela ABE-EAD no decorrer do trabalho.

5.1- Informações do Censo Ead.br 2010

Em setembro/2009, Frederic Litto, presidente da ABED, anunciou os últimos números do Censo EAD.br, entre os quais destacam-se:

Sobre a distribuição dos cursos por segmento:

- Total de cursos oferecidos: 1752;
- 37% dos cursos oferecidos: pós-graduação;
- 26,5% dos cursos oferecidos: graduação;
- 34,6% dos cursos oferecidos: tecnólogos.

Distribuição regional dos alunos:

- 80%: região Sudeste;
- 20%: demais regiões.

Mobilidade:

- 42% dos alunos matriculados estão fora do Estado sede da instituição.

Perfil do aluno por sexo:

- Feminino: 53,4%;
- Masculino: 46,6%.

Faixa etária:

- Entre 30 a 34 anos.

Índices de evasão:

- Evasão média: 18,5%;
- Por região:
 - Região Norte: 27,8%;
 - Região Sul: 14,8%;
- Maior índice de evasão por tipo de curso:
 - Extensão ou livres: 29%
- Causas apresentadas:
 - Falta de dinheiro e falta de tempo

Crescimento no lançamento de novos cursos:

- Em 2009, foram lançados 269 novos cursos, 90% a mais do que em 2007.

Formação específica:

- 40% das instituições: mestres e doutores formados na área;
- 53% das instituições: especialistas em EAD.

5.2- Pesquisa ABED-EAD

Em uma pesquisa realizada em 2009, pela ABE-EAD (Associação Brasileira dos Estudantes de Educação a Distância), foi avaliada a qualidade dos cursos a distância oferecidos por instituições brasileiras. A pesquisa ouviu mais de 15 mil alunos de 59 instituições de ensino superior. Cerca de 30% dos cursos avaliados receberam notas 4 e 5, em uma escala que vai de 1 a 5. O estudo realizado pela ABE-EAD considerou somente as faculdades que tinham turmas de graduação funcionando há pelo menos seis meses. Um ponto interessante foi perceber que aquelas instituições que têm prestígio acadêmico em cursos presenciais também fazem cursos a distância com qualidade, por conseguirem fazer um bom planejamento pedagógico.

O resultado da pesquisa concluiu que a instituição que oferece cursos a distância de maior qualidade é a Fundação Getulio Vargas. De acordo com o presidente da ABE-EAD,

Ricardo Holz, é a primeira vez que a qualidade das instituições é avaliada pelos próprios alunos.

5.2.1- Resultado da pesquisa ABED-EAD

Tabela 9

Posição	Instituição	Nota
1	FGV (Fundação Getulio Vargas)	4,85
2	Faculdade Aiec	4,22
3	PUC-SP – matemática	4,19
4	PUC-Minas - ciências contábeis	4,17
5	Grupo Educacional Uninter	4,06
6	Cesumar (Centro Universitário de Maringá)	4,02
7	Anhembi Morumbi	3,97
8	Uniasselvi (Centro Universitário Leonardo Da Vinci)	3,94
9	Faculdades COC	3,92
10	Centro Universitário Claretiano	3,91

11	Universidade Metodista de São Paulo	3,9
12	Unisul (Universidade do Sul de Santa Catarina)	3,89
13	Universidade Anhanguera-Uniderp	3,86
14	UCDB (Universidade Católica Dom Bosco)	3,83
15	Unopar (Universidade Norte do Paraná)	3,81
16	Ulbra (Universidade Luterana do Brasil)	3,77
17	FGF (Faculdade Integrada da Grande Fortaleza)	3,76
18	UCB (Universidade Católica de Brasília)	3,75
19	Unifacs (Universidade Salvador)	3,75
20	Uniube (Universidade de Uberaba)	3,75
21	Universidade Castelo Branco	3,7
22	CBTA-Ined (Faculdade de Tecnologia de Rio Claro)	3,68
23	A Vez do Mestre	3,68
24	Universidade Braz Cubas	3,61
25	Facam (Faculdade do Maranhão)	3,6
26	Unama (Universidade da Amazônia)	3,59
27	Fares (Faculdade Roraimense de Ensino Superior)	3,57

28	Fapi (Faculdades de Pinhais)	3,55
29	Centro Universitário Newton Paiva	3,5
30	Sociesc (Sociedade Educacional de Santa Catarina)	3,49
31	Unaerp (Universidade de Ribeirão Preto)	3,45
32	Centro Universitário Hermínio Ometto (Uniararas)	3,43
33	Universidade Potiguar	3,4
34	Uniceuma (Centro Universitário do Maranhão)	3,39
35	Unicid (Universidade Cidade de São Paulo)	3,35
36	Unifran (Universidade de Franca)	3,33
37	Unigran (Centro Universitário da Grande Dourados)	3,32
38	Unijui (Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul)	3,29
39	Unimes (Universidade Metropolitana de Santos)	3,25
40	Unincor (Universidade Vale do Rio Verde)	3,23
41	Unipar (Universidade Paranaense)	3,22
42	Unis (Centro Universitário do Sul de Minas)	3,2
43	Unisa (Universidade de Santo Amaro)	3,16

44	Unijorge (Centro Universitário Jorge Amado)	3,15
45	Unit (Universidade Tiradentes)	3,12
46	Univale (Universidade Vale do Rio Doce)	3,09
47	Universidade Caxias do Sul	3,06
48	Universidade Contestado	2,99
49	Universo (Universidade Salgado de Oliveira)	2,95
50	Fael (Faculdade Educacional da Lapa)	2,91
51	FTC (Faculdade de Tecnologia e Ciências)	2,75
52	Fead (Faculdade de Estudos Administrativos de Minas Gerais)	2,71
53	Finom (Faculdade do Noroeste de Minas)	2,68
54	Universidade Fumec (Fundação Mineira de Educação e Cultura)	2,66
55	Insep (Instituto Superior de Educação do Paraná)	2,65
56	Unip (Universidade Paulista)	2,64
57	Universidade Estacio de Sá	2,61
58	Universidade Veiga de Almeida	2,55
59	Unintins (Fundação Universidade do Tocantins)	1,7

Os cursos de MBA a distância da Fundação Getúlio Vargas (FGV) possuem um índice de evasão de 15,9%. Foram considerados no conceito de evasão: abandonos e cancelamentos.

Como parte da pesquisa, foi aplicado um questionário com 157 professores-tutores dos cursos de MBA a distância da FGV. O questionário procurou saber quais são os fatores responsáveis pelos baixos índices de evasão dos cursos a distância da instituição.

A seleção dos tópicos contidos na pesquisa se deu em função das suposições deste trabalho e de itens relevantes surgidos durante a revisão bibliográfica.

Optou-se pelo método quantitativo, utilizando-se como instrumento o questionário com opções de respostas fechadas.

A escolha do método pretendeu identificar um padrão nas opiniões dos entrevistados, através da coleta de informações e tratamento estatístico. A ideia é que a resposta majoritária identifique o padrão buscado, favorecendo a descrição de uma determinada realidade.

Outra vantagem é que esse método possibilita a montagem de séries históricas, por apresentarem dados estatísticos que podem ser replicados de tempos em tempos, estabelecendo comparações das alterações de determinados fenômenos ou comportamentos ao longo do tempo.

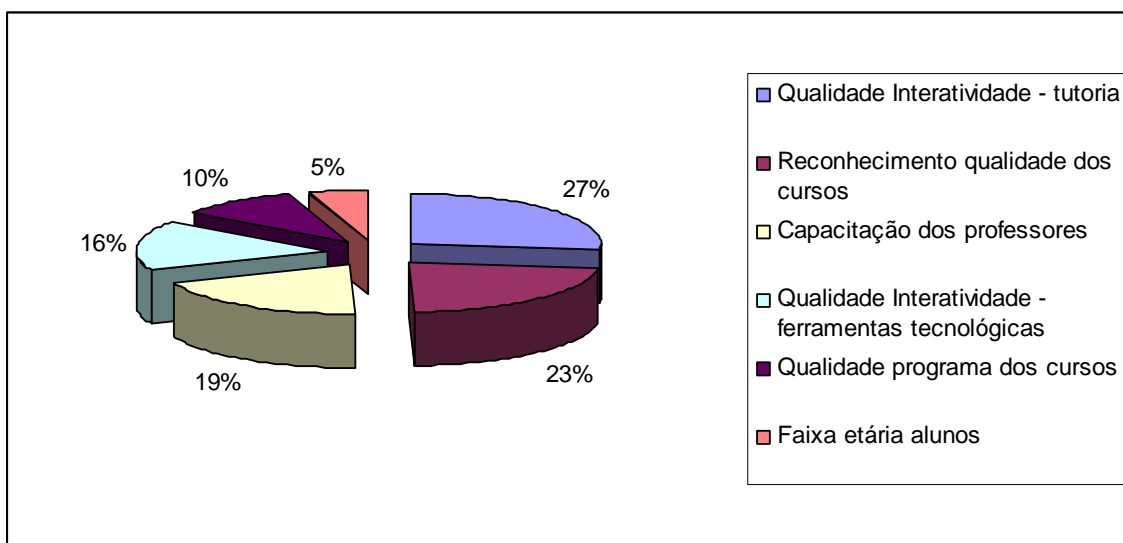
5.3- Resultados da pesquisa de campo

De acordo com os entrevistados, os fatores responsáveis pelo baixo índice de evasão dos cursos a distância da Fundação Getúlio Vargas são:

- 1º. lugar (104 citações): qualidade da interatividade entre professores e alunos, promovida pela tutoria;
- 2º. lugar (90 citações): reconhecimento pela sociedade da qualidade dos cursos;

- 3º. lugar (75 citações): capacitação dos professores;
- 4º. lugar (64 citações): qualidade da interatividade entre professores e alunos, em função da qualidade das ferramentas tecnológicas;
- 5º. lugar (39 citações): qualidade dos programas dos cursos;
- 6º. lugar (20 citações): faixa etária dos alunos.

Gráfico 4



5.4 - Relevância dos itens avaliados na pesquisa:

- **Tutoria**

A tutoria como método nasceu no século XV, onde foi usada como orientação de caráter religioso aos estudantes. O objetivo era infundir a fé e a conduta moral. Posteriormente, no século XX, o tutor assumiu o papel de orientador e acompanhante dos trabalhos acadêmicos, e é com esse mesmo sentido que se incorporou aos atuais programas de educação a distância (Sá, 1998).

Na educação a distância, o tutor assume um papel preponderante na construção e percepção da qualidade dos cursos. O bom tutor deve promover a realização de atividades e apoiar sua

resolução, e não apenas mostrar a resposta correta; oferecer novas fontes de informação e favorecer sua compreensão. “Guiar, orientar, apoiar” devem se referir à promoção de uma compreensão profunda, e essas ações são de responsabilidade tanto do docente no ambiente presencial como do tutor na modalidade a distância.

É necessário que o tutor entenda a estrutura do assunto que ensina, os princípios da sua organização conceitual e os princípios das novas ideias produtoras de conhecimento na área. Sua formação teórica sobre o âmbito pedagógico-didático deverá ser atualizada com a formação, na prática, dos espaços tutoriais.

São várias as competências exigidas de um bom tutor, as quais se refletirão diretamente na percepção da qualidade dos cursos oferecidos. Mauri Collins e Zane Berge (1996, apud Palloff; Pratt, 2002) classificaram as várias tarefas e papéis exigidos do professor on-line em quatro áreas: pedagógica, gerencial, técnica e social.

- a) Função pedagógica – diz respeito ao fomento de um ambiente social amigável, essencial à aprendizagem on-line. O papel do professor em qualquer ambiente educacional é o de garantir que o processo educativo ocorra entre os alunos. No ambiente on-line, o professor torna-se um facilitador. Ele conduz o grupo de maneira mais livre, permitindo aos alunos explorar o material do curso ou a ele relacionado, sem restrição. O docente pode trazer assuntos gerais para serem lidos e comentados, além de fazer perguntas visando a estimular o pensamento crítico sobre o assunto discutido. É importante que o professor comente adequadamente as mensagens dos alunos, as quais servirão para estimular debates posteriores.

- b) Função gerencial – envolve normas referentes ao agendamento do curso, ao seu ritmo, aos objetivos traçados, à elaboração de regras e à tomada de decisões. O professor de um curso on-line é também seu administrador. Ele é responsável por enviar um programa para o curso com as tarefas a realizar e as diretrizes iniciais para discussão e adaptação. Palloff (2002) sugere que, no começo do curso, sejam enviados aos tutores um plano de ensino, as diretrizes e o código de normas de

comportamento que deve ser seguido. Em seguida, os participantes podem comentar e debater sobre suas expectativas em relação ao curso.

- c) Função técnica – depende do domínio técnico do professor, o que o torna, então, capaz de transmitir tal domínio da tecnologia aos seus alunos. Os professores devem conhecer bem a tecnologia que usam para atuar como facilitadores do curso. Além disso, deverá haver um suporte técnico disponível, de modo que, mesmo um professor menos proficiente, possa ministrar um curso on-line. Semelhante ao espaço comunitário, Rena Palloff (2002) sugere que seja destinado um espaço em separado para acompanhar o fluxo da aprendizagem em todo o processo. Conscientes de que os professores precisam ensinar diferentemente nesse meio e de que os alunos também atuam diferentemente, estamos cientes também de que esse espaço adquire grande importância. “Usar a tecnologia para aprender exige mais do que conhecer um *software* ou do que se sentir à vontade com o *hardware* utilizado” (Palloff; Pratt, 2002).
- d) Função social – significa facilitação educacional. O professor é responsável por facilitar e dar espaço aos aspectos pessoais e sociais da comunidade on-line. Collins e Berge (1996, apud Palloff; Pratt, 2002), referem-se a essa função como “estímulo às relações humanas, com a afirmação e o reconhecimento da contribuição dos alunos; isso inclui manter o grupo unido, ajudar de diferentes formas os participantes a trabalharem juntos por uma causa comum e oferecer aos alunos a possibilidade de desenvolver sua compreensão da coesão do grupo”. Esses elementos são a essência dos princípios necessários para construir e manter a comunidade virtual. Para dar um sentido de comunidade ao grupo, o tutor poderá usar algumas estratégias, como, por exemplo: iniciar seus cursos pelas apresentações dos alunos, para que todos se conheçam. Dessa forma, cria-se uma atmosfera confiante e aberta, tornando real o fato de que o grupo é composto por pessoas, com sua própria experiência de vida e saberes. Outra estratégia utilizada é

a de elaborar previamente uma atividade em grupo, com simulações ou projetos, criando a sensação de trabalho em equipe.

Para Niskier (1999), o educador a distância reúne as qualidades de um planejador, pedagogo, comunicador e técnico de Informática. Participa na produção dos materiais, seleciona os meios mais adequados para sua multiplicação e mantém uma avaliação permanente a fim de aperfeiçoar o próprio sistema. Nessa modalidade de ensino, o educador tenta prever as possíveis dificuldades, buscando se antecipar aos alunos na sua solução. O professor de educação a distância deve ser valorizado, pois sua responsabilidade, além de ser maior por atingir um número infinitamente mais elevado de alunos, torna-o mais vulnerável a críticas e a contestações em face dos materiais e atividades que elabora.

- **Percepção de qualidade**

Os índices de evasão tendem a ser menores quando a instituição escolhida possui, por parte do público, uma percepção de qualidade superior.

Uma das motivações para se procurar um curso a distância é o crescimento profissional que pode ser alcançado a partir da educação continuada. Na hora de disputar um emprego, o fato de o profissional ter feito um curso presencial ou a distância não é o mais importante. Por lei, inclusive, não pode haver discriminação nos certificados ou diplomas em função da modalidade de ensino – presencial ou a distância. Segundo empresas de assessoria em Recursos Humanos, o que realmente ajuda ou atrapalha um candidato é o nome da instituição em que ele se formou.

De acordo com Castro (2009), em metade dos cursos avaliados pelo ENADE (exame nacional de desempenho dos estudantes), os programas a distância mostram resultados melhores do que os presenciais. Isso, por si só, demonstra a existência de cursos superiores a distância preocupados com a qualidade da educação.

Os estudos voltados à avaliação da qualidade dos cursos a distância vêm sendo feitos a partir de um determinado ponto de vista; essa é, via de regra, a percepção do aluno. Deve-se ter em mente que, no campo dos serviços, a qualidade é perceptiva e avaliada a partir da comparação entre o que é percebido e o que é esperado (Gronroos, 1993).

Para que um serviço seja percebido como de qualidade, é preciso que ele atenda plenamente às necessidades dos seus usuários ou consumidores. Fitzsimmons e Fitzsimmons (2005) afirmam que a satisfação do cliente com a qualidade do serviço pode ser definida pela comparação da percepção do serviço prestado com as expectativas do serviço desejado. Essa diferença entre a qualidade do serviço esperado e o percebido é o que mede o nível da qualidade do serviço, fazendo com que a satisfação seja negativa ou positiva (Fitzsimmons e Fitzsimmons 2005). Sendo assim, a qualidade de um serviço não pode ser determinada ou garantida apenas por quem oferece o serviço, já que depende da qualidade percebida. A destreza e a performance do executor do serviço são fundamentais para que os consumidores não fiquem frustrados. E isso depende da informação que vem dos próprios consumidores. Além disso, o consumidor precisa estar ciente daquilo que o prestador de serviços se compromete a realizar, para evitar que criem expectativas que não se realizarão.

▪ **Capacitação dos docentes**

Nos cursos a distância, os docentes têm suas funções expandidas, o que requer que sejam profissionais altamente qualificados. Em uma instituição de ensino que promova cursos a distância, os docentes devem ser capazes de:

- a) Estabelecer os fundamentos teóricos do projeto;
- b) Selecionar e preparar todo o conteúdo curricular articulado a procedimentos e atividades pedagógicas;
- c) Identificar os objetivos referentes a competências cognitivas, habilidades e atitudes;
- d) Definir bibliografia, videografia, iconografia, audiografia, tanto básicas quanto complementares;

- e) Elaborar o material didático para programas a distância;
- f) Realizar a gestão acadêmica do processo de ensino-aprendizagem, em particular motivar, orientar, acompanhar e avaliar os estudantes;
- g) Avaliar-se continuamente como profissional participante do coletivo de um projeto de ensino superior a distância.

Por tudo isso, é importante e necessário que a instituição possua uma política de capacitação e atualização permanente desses profissionais.

- **Qualidade e adequação da tecnologia**

A tecnologia na educação é a expressão que mais está adequada com os conceitos da educação a distância, o que privilegia o uso de computadores, televisão, vídeo, rádio, satélite, etc. na promoção da educação.

A educação a distância é cada vez mais medida pela tecnologia, o que faz com que o aluno desenvolva sua autonomia. O estudo sem a presença de professores e colegas faz com que o indivíduo desenvolva sua capacidade de aprender a aprender no processo de aprendizagem. Isso faz com que o aprendiz ganhe confiança em si mesmo e na sua capacidade de aprender de maneira autônoma sem depender passivamente do professor.

- **Programa dos cursos**

A qualidade de um curso a distância depende diretamente da qualidade do programa do referido curso. O programa do curso irá definir quais os temas que serão abordados, que, por sua vez, devem estar em consonância com os objetivos do curso, previamente definidos.

É no programa de um curso, seja ele a distância ou presencial, que serão definidos os fundamentos teóricos do projeto; a definição das atividades pedagógicas bem como a definição de bibliografia básica e complementar, que darão sustentação à fundamentação teórica, entre outros.

- **Faixa etária**

A educação a distância atrai pessoas que não podem frequentar um curso presencial em função de compromissos assumidos. De acordo com o pró-diretor de educação a distância do Grupo Uninter, Benhur Gaio, 96% dos alunos estão no mercado de trabalho.

Os cursos a distância são procurados principalmente por adultos. Como já foi observado ao longo deste trabalho, o último Censo EAD Br divulgou que a faixa etária dos alunos que frequentam essa modalidade de ensino está entre 30 e 34 anos.

6- CONCLUSÃO:

A importância e relevância da educação na formação de uma sociedade mais justa e igualitária é inegável. A partir dela, é possível o desenvolvimento de cidadãos conscientes e capazes de assumirem seus papéis enquanto agentes transformadores das sociedades em que vivem, caracterizadas pela diversidade imposta pela globalização da informação, da economia e das culturas.

A educação a distância (EAD) é uma das formas de oportunizar aos cidadãos, localizados em qualquer lugar do País, o acesso à educação bem como à qualificação profissional e pessoal. Dessa forma, a EAD surge como uma alternativa para suprir uma demanda crescente por educação. Seu crescimento e desenvolvimento ao longo do tempo demonstram que a EAD trilhou um caminho sem volta na sociedade do nosso País, permeando a área acadêmica e corporativa.

É importante que a EAD não seja vista como uma substituição dos cursos presenciais. Ambas as modalidades devem existir, da mesma forma que ambas devem se preocupar em se desenvolver, buscando sempre a adaptação a novas realidades impostas pela sociedade, primando pela qualidade, como condição *sine qua non* para o oferecimento de uma educação de qualidade.

A EAD é caracterizada, principalmente, pela distância geográfica entre professor e aluno. Essa característica, embora qualifique a modalidade, apresenta-se como um ponto nevrálgico. Esse fato indica que deve haver, por parte das instituições que oferecem cursos nessa modalidade, a preocupação constante com o aperfeiçoamento nas formas de aumentar a qualidade das interações.

Um dos grandes problemas enfrentados pela EAD é a questão da evasão. Embora a Associação Brasileira de Educação a Distância (ABED) tenha comemorado os números apresentados no último censo sobre a questão da evasão (21,1% nas instituições públicas e 17,3% nas instituições privadas), entende-se que esses números ainda podem melhorar.

Dentre as instituições que oferecem cursos a distância, a Fundação Getulio Vargas – FGV – apresenta um dos menores índices de evasão. Sem contar que foi apontada como a instituição que oferece cursos de maior qualidade, de acordo com uma pesquisa realizada pela ABED-EAD (Associação Brasileira dos Estudantes de Educação a Distância).

Este trabalho utilizou a FGV como benchmarking e realizou uma pesquisa com seus professores-tutores com o objetivo de saber quais os fatores que mantêm baixos os índices de evasão dessa instituição.

A qualidade da interação promovida pela tutoria foi apontada como principal fator para o baixo índice de evasão. Outros fatores preponderantes foram o reconhecimento, pela sociedade, da qualidade dos cursos oferecidos e a capacitação do corpo docente.

Esses dados nos apontam o caminho que devem seguir as instituições que oferecem ou tenham a intenção de oferecer cursos na modalidade EAD. O aumento da qualidade da interação, minimizando a questão da distância geográfica, e a preocupação de ter, em seus quadros, docentes capacitados farão com que haja, pela sociedade, a correta percepção de qualidade, fazendo com que haja, conseqüentemente, a diminuição nos níveis de evasão do ensino a distância, em todo o País.

Como sugestão para novos trabalhos, sugiro uma pesquisa sobre as melhores formas de se desenvolver um tutor, já que, segundo o presente trabalho, ele é um ator de extrema relevância para a construção e percepção da qualidade dos cursos oferecidos na modalidade EAD.

7- REFERÊNCIAS

BACHA, Teófilo. **Educação a distância, sistemas de ensino e territorialidade**. In: FRAGALE, Roberto (Org.). **Educação a distância: análise dos parâmetros legais e normativos**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

BAYMA, Fátima. **Educação a Distância: evolução e tendências**. (no prelo).

BELISÁRIO, Aluízio. **O material didático na educação a distância e a constituição de propostas interativas**. In: SILVA, Marco (Org.). **Educação online: teorias, práticas. Legislação, formação corporativa**. São Paulo: Loyola, 2003.

BELLONI, Maria Luiza. **Educação a Distância**. 4 Ed. São Paulo: Autores Associados, 2006.

BRASIL. CDB. **Lei de Diretrizes e bases da Educação Nacional**. Lei nº 9.394, de 20 de Dezembro de 1996. Brasília – DF. 3ª. ed. 2006.

CASSASSUS, J. **A escola e a desigualdade**. 2.ed. Brasília: Líber Livro Editora, UNESCO, 2007.

CASTRO, Maria Helena. **Qualidade na Educação**. FACOM. Revista de Comunicação da FAAP. V 196, p. 37-44, 2007.

CAPRON, H. L.; JOHNSON, J. A. **Introdução à Informática**. São Paulo: Pearson/Prentice Hall, 2004.

Censo EAD Brasil, 2010. Pearson Education do Brasil, 2010.

Coelho, M.L. **A Evasão nos Cursos de Formação Continuada de Professores Universitários na Modalidade de Educação a Distância Via Internet**. Universidade Federal de Minas Gerais, 2002.

FAVERO, Rute V. **Dialogar ou evadir: Eis a questão: um estudo sobre a permanência e a evasão na EAD no Estado do Rio Grande do Sul**. 2006. Porto Alegre: UFRGS, 2006. Dissertação de Mestrado.

FITZSIMMONS, J. A.; FITZSIMMONS, M. J. **Administração de Serviços – operações, estratégia e tecnologia da informação**. 4ª Edição. Porto Alegre: Bookman, 2005.

GRONROOS, Christian. **Marketing: Gerenciamento e Serviços: a competição por serviços na hora da verdade**. Tradução Cristina Bazán – Rio de Janeiro: Campus, 1993.

GUIMARÃES DE CASTRO, Maria Helena. **Qualidade na Educação**. FACOM. Revista de Comunicação da FAAP, v. 196, p. 37-44, 2007.

LANDIM, Claudia Maria M. P. F. **Educação à Distância: algumas considerações**. Rio de Janeiro, 1997.

MAIA, C.; MATTAR, J. **ABC da EaD: a educação a distância hoje**. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.

MILL, Daniel. **Educação a distância e trabalho docente virtual: sobre tecnologia, espaços, tempos, coletividade e relações sociais de sexo na Idade Mídia**. 2006. 322f. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais (FAE/UFMG), Belo Horizonte, 2006.

MOORE, M.; KEARSLEY, G. **Educação a Distância: uma visão integrada**. São Paulo: Thomson Learning, 2007.

Network wizard Internet. Domain Surveys (<http://www.nw.com>).

NISKIER, Arnaldo. **Educação a Distância: A Tecnologia da Esperança**. São Paulo, Loyola, 1999.

PALLOFF, Rena; PRATT, Keith. **Construindo Comunidades de no Ciberespaço**. Porto Alegre, Artmed, 2002.

ROVER, Aires José. **A educação a distância no ensino de graduação: contexto tecnológico e normativo**. In: FRAGALE, Roberto (Org.). **Educação a distância: análise dos parâmetros legais e normativos**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

SOARES. I.O. **EaD como prática educomunicativa: emoção e racionalidade operativa**. IN: SILVA, M. (org.) **Educação online**. São Paulo: Edições Loyola, 2003.

TURBAN, Efraim; RAINER Kelly.; POTTER, Richard. **Administração de Tecnologia da Informação – Teoria e Prática**. Tradução da 2ª ed. Americana. São Paulo, Campus. 2005.

8 – ANEXO

Prezados Professores-Tutores,

A aluna Conceição de Souza, do Mestrado da EBAPE, precisa da nossa ajuda quanto a sua dissertação.

Ela precisa que preenchamos o questionário em anexo no prazo de uma semana. É bem simples e fácil.

Por favor, peço que encaminhem o questionário preenchido diretamente para o e-mail dela: conceicaosouza@terra.com.br.

Agradecemos mais uma vez,

Tutoria FGV Online



Questionário

Na sua opinião, qual ou quais as principais causas para o baixo índice de evasão dos cursos de MBA à distância oferecidos pela Fundação Getulio Vargas – FGV, quando comparado aos cursos oferecidos por outras instituições?

- Capacitação dos professores.
- Reconhecimento, pela sociedade, da qualidade dos cursos.
- Programa dos cursos.
- Qualidade da interatividade entre professores e alunos, promovida pela tutoria.
- Qualidade da interatividade entre professores e alunos, em função da qualidade das ferramentas tecnológicas.
- Faixa etária dos alunos.